Identidade, Trabalho e Turismo¹

Dra.Loraine Slomp Giron²
Universidade de Caxias do Sul/RS
Dra. Vania B.M. Herédia³
Universidade de Caxias do Sul/RS

Resumo

Estudos realizados sobre a região colonial italiana no Rio Grande do Sul comprovam que o trabalho constitui o maior valor para os descendentes de imigrantes italianos. Porém, uma de suas qualidades principais consiste em sua capacidade de adaptação. Essa capacidade possibilitou a busca de novos meios para melhorar e diversificar a produção econômica. A região colonial se destaca economicamente de outras regiões pelo potencial que apresenta e pela riqueza que a caracteriza. A passagem de setor agrícola para o de serviços, no final do século XX, não significou mudanças na nova forma de produzir, mas uma necessária diversificação das atividades na pequena propriedade, garantindo um aumento da renda da terra. O método utilizado na pesquisa foi o histórico-estrutural. O estudo contribui para a compreensão do potencial turístico sob o ponto de vista antropológico.

Palavras-chave: turismo; identidade regional; cultura; zona colonial italiana.

1 Discussão conceitual

Identidade é o conceito básico para o entendimento do estudo, porém estabelecê-lo não é tarefa fácil, já que há tantos conceitos quantas são as áreas de conhecimento. No decorrer do tempo, o sentido de identidade passou por várias mudanças. De forma geral, foi

¹ Trabalho apresentado ao GT "Turismo e Construções Simbólicas" do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora-Titular no Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul. lsgiron@ucs.tche.br

³ Socióloga. Doutora em História das Américas pela Universidade de Gênova – Itália. Professora-Titular no Departamento de Sociologia da Universidade de Caxias do Sul. vbmhered@ucs.br

usada como contraposição à diferença e à existência do outro. Critérios devem ser estabelecidos para determinar a identidade, como: língua, imaginário coletivo, representações e mitos fundadores. Tais linhas teóricas⁴ que utilizam o conceito de identidade, podem ser assim sintetizadas entre os teóricos do hibridismo, do transnacionalismo, das fronteiras evanescentes, da subalternidade, da subversão e da transgressão e das zonas de contato e rotas; conceitos que parecem à primeira vista excludentes.

A aparente diversidade de critérios e de sentidos atribuídos à identidade pode ser reduzida a dois grandes grupos: a dos defensores da pragmática e da ética-política, os quais descartam os antigos critérios de identidade baseados na raça ou na cultura. Nem acreditam que a identidade seja um fato natural.

Mas é

porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso [...] nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas de poder e são, assim, mais o produto de demarcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de má "identidade" em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. ⁵

O trabalho como forma de valor identitário é repassado de pai para filho, através das gerações e, portanto, do tempo. Mais do que riqueza, o trabalho representa uma tradição regional.

[...] que o trabalho não era assumido como uma atividade escrava, mas como uma ação feita com amor, com paixão profunda pelo colono. A produção, a produtividade para os imigrantes, não se ligava às técnicas

⁴ Os teóricos são Bhabha, Gilroy, Anzaldúa, Spivak, Grossberg e Clifford –autores que problematizam o conceito de identidade. Ver RAJAGOPALAN, Kanavlull. A construção da identidade e a política da representação. IN: Linguagem, identidade e memória social. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002, p.77.

⁵RAJAGOPALAN, Kanavlull. A construção da identidade e a política da representação. IN: Linguagem, identidade e memória social. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002, p.77.

de plantio ou a instrumentos mecânicos, mas à capacidade e à força de seu trabalho. O trabalho era o elemento único, necessário, a palavra mágica, para se plantar e produzir.⁶

Dessa maneira, esse estudo mostra a riqueza dessa região que tem uma forte identidade cultural no trabalho, e sua paisagem espelha suas raízes históricas, baseadas na pequena propriedade, na religião e na sua economia. Da colônia à atualidade, a história da região colonial italiana é uma história de trabalho constante na busca da modernização da agricultura familiar, por meio de novas tecnologias e de novas variedades de cultura. Não é por outros motivos que a região tornou-se conhecida pelo seu potencial econômico onde reconhece suas raízes rurais. A produção agrícola enriquece e embeleza a paisagem regional, já por si exuberante em sua forma original. A imagem das encostas das montanhas, cobertas de vinhedos encantam os visitantes, e essa beleza propicia condições necessárias para o desenvolvimento do turismo na região. Portanto, o turismo é utilizado no estudo como um fenômeno social, econômico e cultural que envolve pessoas. É visto como atividade do setor terciário que movimenta recursos e oferece à sociedade possibilidades de conhecimento, reconhecendo que, para promover turismo, é necessário o fator ambiente/paisagem sem o qual o mesmo não se realiza.

2 Tempos de Colônia

Quando as primeiras levas de imigrantes começam a subir as escarpas do planalto, o medo foi o principal acompanhante. A mata fechada, os insetos, os animais selvagens e as desconhecidas doenças tropicais figuram como fatores determinantes de sua intranqüilidade; na verdade estão sofrendo por medo do desconhecido.

Vindos de uma Europa que já possuía as condições mínimas da civilização do século XIX, com meios de transporte modernos e as exigências de saúde pública satisfeitas, cair no isolamento das colônias, com suas terras recobertas por matas, é como uma viagem

⁶ PERONDI Dario; PERONDI, Neusa. Família Perondi: 120 anos de Brasil. Caxias do Sul: Maneco, 1999. p. 53.

ao passado, aos tempos medievais. A falta de condições básicas para sobrevivência leva muitos colonos ao desespero, à loucura e até ao suicídio.

Nos barracões, onde são alojados após a chegada às colônias, podem contar com alguma assistência, mas, no momento em que se instalam em seus lotes coloniais, a situação fica mais precária. São tempos difíceis para os europeus pobres, que já haviam experimentado melhores condições de vida.

A terra destinada à posse e efetiva ocupação, denominada colônia, administrada pelo governo imperial, não tem vínculos com os municípios em cujas áreas se localiza. A administração é feita por uma Comissão de Terras ligada ao Ministério da Agricultura. Os colonos não têm os mesmos direitos dos outros munícipes, não tendo qualquer ingerência na administração. A história da demarcação dos lotes, da instalação das Comissões de Terras, da chegada dos colonos, da passagem pelos barrações e distribuição nos lotes é igual em toda a região. O nordeste selvagem da Província é o palco inicial da ocupação das terras, sendo tomado pelas Comissões de Terra e pelos colonos, que chegam em levas contínuas e que, aos poucos, vão marcando a terra com sua presença. Entre uma colônia e outra mudam os nomes, os locais e o número de colonos, mas o processo é semelhante em todas elas.

A Colônia Caxias é a primeira A ser demarcada. Tem seu início ao norte da Picada Feliz, alongando-se até o rio das Antas. A demarcação das terras a serem vendidas aos imigrantes começa a ser feita na região de Forqueta, limite-sul da colônia, passando após para a demarcação da Primeira Légua, de acordo com o padrão estipulado em lei.

A colônia recebe os primeiros imigrantes quando a Primeira Légua é demarcada. Os colonos sobem a encosta da Serra Geral do Porto dos Guimarães, situado no rio Caí, até o barração erguido no Travessão Milanês. Esse é o local escolhido pela Comissão de Terras como centro de suas atividades, que é o recebimento e a distribuição dos colonos nos respectivos lotes.

Pouco tempo depois, a Comissão de Terras é transferida da Primeira Légua para a Quinta Légua, no Travessão Santa Teresa, centro geográfico da colônia, o que permite melhor controle da situação. Em 11 de abril de 1877, "a colônia situada nos fundos de Nova

Palmira" recebe o nome oficial de Colônia Caxias. A demarcação e a ocupação dos lotes da Sede Dante é feita de forma simultânea à dos lotes rurais. A centralização administrativa facilita o transporte e o assentamento dos colonos em seus lotes.

A Colônia Caxias compõe-se de 17 léguas em quadro, cada uma das léguas dividida em travessões. A Sede Dante torna-se o centro administrativo e comercial da colônia. O centro colonial fervilha com a chegada de levas contínuas de imigrantes, abrigados inicialmente em um barração situado no limite-oeste da área urbana. São abertas novas picadas na direção da Terceira Légua e novos caminhos, como a estrada Rio Branco, que liga a Sede Dante ao vale do rio Caí, e a estrada Conselheiro Dantas, que une a Colônia Caxias à Colônia Dona Isabel. Em pouco mais de nove anos de povoamento, os imigrantes já alcançam o vale das Antas.

Nessa mesma época, são demarcadas e povoadas as colônias Conde D 'Eu e Dona Isabel. Pelo aviso do Ministério da Agricultura, de 9 de fevereiro de 1870, o governo imperial concede à Província do Rio Grande do Sul dois territórios com 16 léguas quadradas cada um. São terras devolutas e situadas entre o rio Caí, os campos da Vacaria e o município de Triunfo. Em 24 de maio, o presidente da Província João Sertório dá início ao povoamento das colônias Conde D 'Eu e Dona Isabel, as duas colônias unidas.

O povoamento oficial inicia-se em 1870, com a chegada de colonos alemães que começam a derrubada das matas.⁸ Em agosto de 1875, chegam à colônia 48 franceses enviados⁹ pela presidência da Província. A partir de 1875, com a instalação da Comissão de Terras, os imigrantes passam a chegar em maior número. Em fins de 1875, chegam os primeiros imigrantes italianos à Colônia Dona Isabel, a maior parte deles trentinos. Os imigrantes são abrigados em barrações, feitos pela Comissão antes de serem assentados nos lotes adquiridos do governo.

O centro da Colônia Dona Isabel situa-se no também centro da atual cidade de Bento Gonçalves. A região central da colônia é conhecida, naqueles tempos, como Cruzinha, devido à existência de uma cruz de madeira, erguida provavelmente para marcar

ADAMI, João Spadari. História de Caxias do Sul. Caxias do Sul: São Miguel, 1972. p. 93.
 ZARDO, Maria de Fátima et al. Barracão: um pedaço esquecido da História. Caxias do Sul: Educs, 1995. p. 11.

⁹ Fato negado por Júlio Lorenzoni.

a sepultura de algum tropeiro. ¹⁰ A colônia é cortada pela estrada Geral, caminho que a liga aos Campos de Cima da Serra e ao vale do Caí, por onde passam os tropeiros que atravessam a região. Outra estrada é a Buarque de Macedo, que começa em Capoeiras (Alfredo Chaves) e une as Colônias de Alfredo Chaves, Dona Isabel e Conde D' Eu ao porto do rio Caí, em São João de Montenegro. A colônia é limitada ao Norte pelo rio das Antas, ao Sul pela Colônia Conde D'Eu, a Leste pela Colônia Caxias e por terrenos particulares, e a Oeste, pelo rio das Antas ¹¹ e rio Taquari. Segundo Petrocchi, a área da Colônia Dona Isabel é de 85.000 hectares, dividida em 15 linhas que são subdivididas em 2.436 lotes coloniais, e ainda 53 lotes na sede colonial. Cada lote tem, aproximadamente, de 27 a 28 hectares de área. As linhas passam quase sempre na parte fronteira dos lotes coloniais. ¹² Outras fontes, como o "Álbum do Cinqüentenário", apresenta outros dados, atribuindo à Colônia Dona Isabel 63.000 ha divididos em 2.436 lotes, e para Conde D'Eu 51.000 ha, distribuídos em 1.297 lotes rurais.

Em setembro de 1877,¹³ vivem 870 colonos em Dona Isabel. A população em sua maioria é de estrangeiros, havendo uma dezena de brasileiros. Os colonos são tiroleses, franceses, prussianos, italianos, ingleses e de outras nacionalidades. Passados seis anos, em 1883, a população da Colônia Conde D'Eu está com cerca de 5.000 italianos, 100 franceses e 400 entre tiroleses e brasileiros.¹⁴ A sede muda de aspecto entre 1877 e 1883. Em 1877, só há a casa da direção da Colônia, a do médico, uma capela provisória e mais quatro casinhas. Em 1883 há 21 casas de pedra e cerca de 40 de madeira.¹⁵

A Colônia Conde D'Eu tem história comum com a de Dona Isabel, tanto na demarcação de terras como no povoamento. As duas sedes distam 15 quilômetros uma da outra. Os primeiros imigrantes que chegam, em 1875, são franceses. No mesmo ano, chegam os primeiros colonos italianos, em sua maioria vênetos, lombardos e tiroleses. Em 1876 chegam 50 casais de colonos vindos de Trento. A sede é povoada no mesmo tempo

¹⁰ ZARDO, Maria de Fátima et al. *Barração*: um pedaço esquecido da História. Caxias do Sul: Educs, 1995. p. 11.

PERROD, Enrico. As colônias brasileiras Conde D' Eu e Dona Isabel . In: DE BONI, Luís Alberto. *Bento Gonçalves era assim*. Porto Alegre: EST, 1985. p. 24.

¹² PETROCCHI, Luigi. *Le colonie nel distretto di Bento Gonçalves*. Roma: Bolletini del Imigrazione. Ministero Degli Affari Esteri. Nazionale, gennaio 1904. p. 623.

¹³ Relatório de Tomás José Coelho de Almeida, Ministro da Agricultura. Bento Gonçalves ontem e hoje. p.18.

¹⁴ PERROD, Enrico. As colônias brasileiras Conde D' Eu e Dona Isabel. In: DE BONI, op. cit. Alberto. *Bento Gonçalves era assim*. Porto Alegre: EST, 1985. p. 24.

que os lotes rurais. O crescimento demográfico de Conde D'Eu é menor do que o da Colônia Dona Isabel, onde está a administração colonial. A colônia possui uma igreja de madeira e um pároco pago pelo estado. As casas são todas de madeira, de uma limpeza admirável. Não há casas feitas de pedra na sede. 16

À medida que as antigas colônias são povoadas e anexadas aos municípios próximos, novas terras são destinadas à colonização, pois o número de imigrantes trazidos pelas empresas encarregadas de sua coleta e de sua vinda para o Brasil não cessa. Parte dos europeus aprende o caminho da América e logo outros seguem seus passos. Animados por notícias de parentes e vizinhos que emigraram, buscam, como eles, a propriedade da terra. É a pressão dos colonos que impulsiona o governo nos novos empreendimentos de colonização. A barreira das calhas profundas do rio das Antas é vencida, e novas colônias são criadas.

A Colônia Alfredo Chaves é fundada em 1885, por determinação do governo imperial. Os limites da colônia são: a Leste, o rio Turvo, que a separa de Antônio Prado; ao Sul o rio das Antas, que limita Dona Isabel, e a Oeste o rio Carreiro, limite de Guaporé. A área da colônia é de 112.600 hectares, com cerca de 2.100 lotes coloniais e mais de 390 lotes urbanos. Instalada, a Comissão de Terras inicia a demarcação dos lotes e onde são estabelecidos os primeiros imigrantes. A região é povoada por imigrantes italianos, alemães e poloneses. Essa região localiza-se a 42 quilômetros ao Norte da Colônia Dona Isabel, além do rio das Antas, ligada pela estrada Buarque de Macedo.

Em 1885, o governo imperial de Dom Pedro II estende a colonização para o Nordeste do Rio Grande do Sul. É nomeada uma Comissão de Terras para colonizar a região e demarcar as terras devolutas das terras particulares, ao nordeste do rio das Antas. A Colônia Antônio Prado limita-se com o rio da Prata, o rio das Antas e os campos de Vacaria. A sua área é de 40.000 hectares, com cerca 1.176 lotes. ¹⁷ Após a demarcação, em 1886, são trazidos os primeiros colonos, sendo aberta a picada no Passo do Simão, rumo ao

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem, p.25.

17 DE VELLUTIS. Lo stato del Rio Grande del Sud e crisi economica durante l' ultimo quinquennio. Roma: Cooperativa

Norte até a Linha Silva Tavares, ¹⁸ ligando a colônia aos campos de cima da serra. Situada a setecentos metros acima do nível do mar, em vale fechado entre montes, está distante dos outros povoados. Duas estradas a unem aos centros de comércio, uma que conduz à Caxias, passando por Nova Trento e outra, a Júlio de Castilhos, liga-a a Nova Vicenza. Situa-se ao longo da estrada que vai para Vacaria. Em 1887, é construído o barração, para abrigar os imigrantes recém-chegados, e edificada a primeira capela na Linha Dois de Julho, dedicada a São Roque. De março a maio de 1887, a colônia recebe muitos colonos.

A organização e a ocupação da Colônia São Marcos é mais semelhante à de Guaporé do que a das antigas Colônias Caxias, Dona Isabel e Conde D' Eu. A especificidade de São Marcos deve-se tanto à sua localização quanto à sua população. A Colônia São Marcos está a meio caminho entre o vale das Antas e a Colônia Caxias, situando-se na fímbria da região dos campos serranos, em área de uma antiga sesmaria denominada Palmeiras, a qual, no século XIX, fica recortada em fazendas ao sabor das heranças. A sesmaria conhecida como Palmeira dos Ilhéus não tem a posse legitimada em tempo hábil, de acordo com o previsto no Regulamento de 1854, da Lei de Terras de 1850. As exigências dos fazendeiros são negadas pelo governo provincial, e a colônia é demarcada. O antagonismo entre a pequena propriedade e o latifúndio tem em São Marcos um exemplo paradigmático. A medição das terras começa em 1884, mas apenas em 1885 passa a receber os primeiros colonos. 19 A colônia de cerca de 30.000 hectares, bem menor que as outras, é composta por 10 linhas e cerca de 424 lotes, com 30 hectares em média.

São Marcos constitui a fronteira da colônia em direção ao vale das Antas. A região, cortada por trilhas, sofrendo da total ausência de caminhos carroçáveis, espanta os colonos. Até a Proclamação da República, em 1889, apenas 28 famílias de imigrantes fixam-se na região. É a chegada dos poloneses na Colônia Caxias que determina a mudança no ritmo de ocupação dos lotes coloniais; em 1891, são 266 as famílias assentadas na região. ²⁰

 $^{^{18}}$ ÁLBUM COMEMORATIVO DO 75° ANIVERSÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Globo, 1975. p. 65.

RIZZON, Luiz A; POSSAMAI, Osmar. História de São Marcos. São Marcos: Edição dos autores, 1987. p. 124.
 Idem.

2.1 A agricultura na Nova Terra

O espaço das novas colônias era diverso do europeu, não só com estações diversas, bem como pela existência de florestas. O conhecimento agrícola aprendido com os pais já não servia aos colonos. O modo de como tornar a terra produtiva foi aprendido por alguns com a dura experiência e por outros com os nacionais, tanto em relação às queimadas como em relação à época do plantio. Os colonos desconheciam as matas e as culturas tropicais, passando por um período de adaptação à nova terra; suas técnicas eram primitivas, e poucos eram os instrumentos agrícolas que recebiam do governo: um facão, um machadinho, um machado, um serrote, enxadas e foices, insuficientes para o número de braços válidos na família. O uso de métodos dos indígenas foi comum, como o das queimadas. Com o passar dos anos, o desmatamento, as sucessivas colheitas degradaram o solo ácido.

O novo modo de plantar era diferente do empregado na Itália, espelhava a necessidade de adequação à nova terra, onde os recursos eram poucos e onde os equipamentos e as técnicas para o cultivo de produtos temperados eram praticamente desconhecidos. Longe de sua terra, o colono se adaptava à nova realidade, plantando de forma que garantisse resultados imediatos para poder sobreviver.

A pequena renda auferida com a produção era empregada no aumento da propriedade, com a aquisição de lotes para os filhos. A grande maioria possuía apenas um lote de terra que adquirira por preço baixo e, que, com o tempo e a ocupação das terras, tiveram o valor aumentado A maioria dos colonos tinha o necessário para sua sobrevivência: uma vaca, dois bois, dois ou três burros, porcos, galinhas, alguns salames, farinha de trigo em abundância e a cantina abastecida de vinho para todo o ano. A produção de gêneros coloniais começa, mas, para venda dependia dos comerciantes, que demarcavam os preços a serem pagos. Os preços dos produtos agrícolas oscilavam muito, eram determinados pelo mercado de Porto Alegre. Os comerciantes recebiam pelo correio, duas vezes por semana, a cotação dos produtos, assim, os preços baixavam ao sabor do mercado e eram sempre inferiores ao custo da produção.

2.2 Trabalho familiar

Foi a mão-de-obra familiar que garantiu a produção e a sobrevivência do grupo. Os homens trabalhavam na abertura de estradas, ficando longe da propriedade, e o trabalho era realizado pelas mulheres e crianças. Na pequena propriedade, havia uma divisão desigual do trabalho, baseado de um lado na força física e, de outro, na autoridade paterna. Os donos da terra, que eram também os chefes de família, determinavam as atividades a serem realizadas. Tais atividades deviam garantir a subsistência da família e a manutenção da propriedade, visto que o trabalho familiar não era remunerado. Se houvesse alguma sobra de dinheiro ou excedente da produção, esse era reinvestido na terra comprando lotes para que os filhos homens pudessem sustentar suas novas famílias, após o casamento.

As terras destinadas à colonização eram as menos férteis da Província, cobertas por rochas e pouco produtivas. A pequena propriedade ainda assim produzia a maioria dos produtos para consumo familiar, com exceção de café, de sal e açúcar.

Na Colônia Caxias, no final do século XIX, os produtos principais eram: trigo, feijão e milho, seguidos de batata-inglesa, cevada, centeio. A quantidade produzida era considerável, sobrando sempre produtos para venda. Plantaram ainda árvores frutíferas, importando mudas italianas, como: castanheiras, macieiras, pereiras, laranjeiras, cerejeiras, nogueiras, juntamente com café, cana-de-açúcar e fumo, sem esquecer a videira. Criavam animais domésticos, como: galinhas, vacas, cabras, porcos, ovelhas e coelhos. Entre as frutas mais plantadas estava o marmelo, utilizado não apenas para doces, como para a alimentação dos animais. Havia ainda os criadores de abelhas e produtores de mel, e também os criadores do bicho-da-seda. A agricultura regional era variada em seus produtos, mas pouco rentável. A baixa rentabilidade era compensada pela variedade de produtos, buscando os mais raros, cujos preços eram melhores. Os cereais plantados podiam render de 30 a 150 sacos por saco plantado. A maior parte da capina das ervas daninhas era feita apenas uma ou duas vezes por safra; semeava-se em outubro e colhia-se em março ou abril. O preço do milho variava de 2,2 a 3 mil-réis, não sendo vendido em Porto Alegre. O trigo

era semeado de junho a julho e colhido no Natal; semeavam a quantia necessária para consumo familiar.

Os colonos não tinham apenas problemas com negociantes, que pagavam pelos produtos o preço de mercado, inferior ao custo de produção. Tinham ainda que deixar 10% da produção para os donos dos moinhos, onde o milho e o trigo eram moídos ou pagando ao moleiro cerca de 400 réis pelo saco de milho e 500 réis pelo de trigo.

No começo do século XX, o comércio era movimentado pela produção agrícola e pecuária. As principais feiras se realizavam na praça das vilas. Trabalhar fora da agricultura era um antigo hábito trazido com a bagagem cultural do imigrante. Os colonos tinham, além do cultivo da terra, outras habilidades, sustentadas em ofícios e profissões. Alguns eram agricultores e marceneiros, outros trabalhavam a pedra, alguns eram sapateiros, outros oleiros, outros marceneiros. Tais ofícios deviam-se tanto ao treinamento auferido com outros artesãos como da habilidade cultivada na própria terra. Aqueles que sabiam ler tornaram-se professores, outros que tinham força física dedicaram-se ao corte do mato e ao trabalho de serrarias, outros trabalharam nos portos e nas estradas de ferro.

Muitos dos colonos trouxeram em sua bagagem alambiques, equipamentos para a instalação de relojoarias e funilarias. Saber como as máquinas eram produzidas era um modo de passar a produzir ferramentas e artefatos. Muitas atividades artesanais não se localizavam nos núcleos urbanos, mas nos lotes rurais e ao longo das picadas. Ferreiros tinham suas forjas situadas próximas aos pousos, e estes junto às casas comerciais que ofereciam acomodações para hóspedes, aos quais forneciam também refeições. Foi próximo das casas comerciais que foram erguidas as capelas, dando origem a pequenos povoados, movidos pelas atividades múltiplas dos colonos. Essa era a situação nas primeiras décadas do século XX. Os colonos passaram a cultivar produtos indispensáveis ao consumo interno. A policultura reduziu a importação de produtos agrícolas, antes importados pelo Brasil.

A produção agrícola e artesanal das colônias era privada. O êxito ou o fracasso dos colonos dependia do trabalho da família, das condições do lote e da existência de mercado consumidor para a produção. O controle público era imposto sobre a colônia, mas não sobre o trabalho e a produção. Os colonos, portanto, eram livres para trabalhar numa economia de mercado. A produção artesanal era variada, sendo diferente em cada colônia, dependendo

da localização das terras.

As colônias italianas no Nordeste do Rio Grande do Sul tinham sua base da agricultura na videira, no milho e no trigo. Apesar de existirem diferenças entre os produtos cultivados e colhidos, de região à região, o modo de produção era o mesmo em todas as colônias.

Todos os colonos eram proprietários de seus lotes, mesmo deles possuindo título provisório. O trabalho era realizado pela família, sendo vedado o uso de mão-de-obra escrava. Eram, assim, pequenos produtores, que colocavam seus produtos no mercado e garantiam a subsistência de sua família. Quando a oferta de produtos era grande, os preços baixavam, e a família sobrevivia contando com apenas a produção da colônia, não podendo esperar pelas trocas decorrentes da produção.

Como a mão-de-obra dependia do número de braços existentes, as famílias tornavam-se numerosas. Cada filho homem que nascia era um novo trabalhador agrícola. Como a propriedade familiar era pequena para sustentar a todos, muitos filhos eram obrigados a procurar trabalho fora da propriedade paterna. Os filhos de imigrantes europeus quando impossibilitados de adquirir novas terras para suas famílias, dirigiam-se às fazendas vizinhas, às cidades próximas, aumentando a mão de obra livre no Brasil e possibilitando o aumento da mão-de-obra para as nascentes empresas manufatureiras.

Os colonos entregavam suas reservas monetárias comerciantes das linhas, muitas vezes por juros insignificantes, o que permitia que esses últimos financiassem seus negócios com a poupança colonial. A acumulação das riquezas produzidas pela economia agrícola e artesanal financiou a industrialização da região.

Os colonos, premidos pelas crises conjunturais que o País sofreu ao longo do século XX, mostram que conseguiram escapar dos problemas econômicos, através de união e organização. O capital, no século XX, se modificou. Não é mais o capital industrial que rege o mundo; hoje, no mundo globalizado, quem determina os rumos da produção é o mercado. O mercado é movido pelo lucro cada vez mais fácil e rápido, muda de pátria e de locais de acordo com seus interesses. A resistência da cultura e a força da identidade dessa região demonstram a forte capacidade de adaptação da pequena propriedade às mudanças da produção capitalista.

3 Em tempos de globalização

Na última década do século XX, a região sofreu violento processo de mudança econômica. Um dos fatores que desencadeou as mudanças foi o crescimento do setor terciário. A adoção do turismo rural apareceu como uma nova atividade econômica da pequena propriedade.

Os roteiros turísticos criados a partir de 1990, usaram como suporte a história e a cultura regional. Essa região, marcada por fortes tradições e costumes é prova dessa integração. Os roteiros turísticos tinham a intenção de promover o resgate da cultura regional e ao mesmo tempo valorizar o seu patrimônio histórico. Era uma forma de chamar atenção para a identidade da zona colonial, ressaltando elementos presentes na cultura, na história dessa população. O trabalho, o sentimento de religiosidade, as formas de culto à vida, o valor à propriedade, os hábitos e as crenças de uma sociedade migrante que reconhece as oportunidades que teve e tem a capacidade de compartilhar suas conquistas.

Os roteiros turísticos, são experiências de aprendizagem onde valores culturais que muitas vezes estão escondidos revelam a capacidade do homem de descobrir novas formas de produzir e de receber seus visitantes.

Os roteiros de turismo rural que se formaram na serra gaúcha, não são mais que produtos turísticos, considerados como atrações, que no seu conjunto, sugerem uma forma de "espetáculo cultural", associado às belezas naturais, capazes de atrair visitação. Estes roteiros são espetáculos ancorados na historicidade, exatamente por oferecerem aos visitantes imagens, impressões, percepções do passado vivido, e que os novos atores, os atuais moradores, conseguem reproduzir com um certo grau de fidelidade, tendo como objetivo agregar valor à renda das suas propriedades, contribuindo de alguma forma com o resgate cultural e com a preservação do patrimônio histórico local.²¹

Os roteiros turísticos de alguma forma usaram como modelo o projeto original de Tarcisio Michelon "Caminhos de Pedra", na Colônia São Pedro, em Bento Gonçalves iniciado em 1992. Essa proposta procurou restaurar 17 casas de pedra e valorizar a

²¹ BRAMBATTI, Luiz Z; SANOCKI, Márcia. *Terceira Légua e a estrada do Imigrante*. Porto Alegre: EST, 2002. p. 17.

comunidade no encontro de sua identidade e de sua história, criando "um museu vivo, onde com o passar dos anos, foram ressurgindo e aperfeiçoadas antigas atividades desenvolvidas pelas famílias, com o objetivo de mostrar ao turista a forma de produção artesanal e agrícola". ²²

Os roteiros turísticos chamam atenção para a riqueza da região, manifesta não apenas na paisagem natural, mas na presença da história regional onde os elementos materiais e culturais comprovam a força de seu patrimônio cultural, histórico e arquitetônico. Também são vistos como uma "forma de resistência à destruição causada pelo assim dizer tempo, que é a supressão lenta da memória, da cultura, da língua, dos costumes, dos prédios históricos" (BRAMBATTI, 2002, p.8).

Segundo o Presidente dos Sindicatos Rurais da região, Valmir Susin²³, a mudança foi decorrente da participação decisiva do SEBRAE junto às comunidades rurais que passaram a usar novos métodos na produção de suas empresas caseiras e novo modo de tratar os turistas".

O potencial turístico da região está longe de ser esgotado por esses roteiros turísticos. A região oferece ainda uma extensa gama de potencialidades que está à espera de novos empreendedores.

Referências Bibliográficas

ADAMI, João Spadari. História de Caxias do Sul. Caxias do Sul: São Miguel, 1972.

ÁLBUM COMEMORATIVO DO 75° ANIVERSÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Globo, 1975.

BRAMBATTI, Luiz Z.; SANOCKI, Márcia. *Terceira Légua e a estrada do Imigrante*. Porto Alegre: EST, 2002.

BRAMBATTI, Luiz. (Org). Roteiros turísticos e patrimônio histórico. Porto Alegre: EST, 2002.

²²LUCHESE, Tersiane Ângela. Roteiros turísticos de Bento Gonçalves. In: BRAMBATTI, Luiz (Org). *Roteiros turísticos e patrimônio histórico*. Porto Alegre: EST, 2002. p. 173.

²³ Depoimento prestado à Prof^a. Dra. Loraine Slomp Giron, no Sindicato dos Produtores Rurais da Região Nordeste. Caxias do Sul, abril de 2006.

DE BONI, Luís Alberto. Bento Gonçalves era assim. Porto Alegre: EST, 1985.

DE VELLUTIS. Lo stato del Rio Grande del Sud e crisi economica durante l' ultimo quinquennio. Roma: Cooperativa Tipográfica Manuzo,1908.

PERONDI Dario; PERONDI, Neusa. *Família Perondi:* 120 anos de Brasil. Caxias do Sul: Maneco, 1999.

PERROD, Enrico. As colônias brasileiras Conde D' Eu e Dona Isabel . In: DE BONI, Luís Alberto. *Bento Gonçalves era assim.* Porto Alegre: EST, 1985.

PETROCCHI, Luigi. *Le colonie nel distretto di Bento Gonçalves*. Roma: Bolletini del Imigrazione. Ministero Degli Affari Esteri. Nazionale, gennaio 1904.

RAJAGOPALAN, Kanavlull. A construção da identidade e a política da representação. In: *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: Faperj, 2002.

RELATÓRIO de Tomás José Coelho de Almeida, Ministro da Agricultura. Bento Gonçalves ontem e hoje. Bento Gonçalves, EST/FERVI, 1985.

RIZZON, Luiz A.; POSSAMAI, Osmar. *História de São Marcos*. São Marcos: Edição dos autores, 1987.

ZARDO, Maria de Fátima et al. *Barracão:* um pedaço esquecido da História. Caxias do Sul: Educs, 1995